



PODER LEGISLATIVO

LEI N.º 3.491, DE 10 DE SETEMBRO DE 1982

Dá denominação a estabelecimento de ensino

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO DECRETA E EU, JANUÁRIO MANTELLI NETO, na qualidade de seu Presidente, promulgo, nos termos do § 4.º do artigo 26 da Constituição do Estado (Emenda Constitucional n.º 2, de 30 de outubro de 1969), a seguinte lei:

Artigo 1.º — Passa a denominar-se "Prof.ª Dinah Motta Runha" a Escola Estadual de 1.º Grau (Agrupada) do Conjunto Habitacional da CECAP — São Francisco, em Guaratinguetá.

Artigo 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 10 de setembro de 1982.

a) JANUÁRIO MANTELLI NETO, Presidente

Publicada na Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 10 de setembro de 1982.

a) Sergio Costa, Diretor Geral

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

96.ª Sessão Ordinária, da 4.ª Sessão Legislativa, da 9.ª Legislatura, em 31-8-82

PRESIDÊNCIA DOS SRS. Januário Mantelli Neto e José Felício Castellano

SECRETÁRIO: Sr. Flávio Flores da Cunha Bierrenbach

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE (Januário Mantelli Neto — PDS) — Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

As 14h30min abre-se a sessão, com a presença dos Srs. Deputados Abrahim Dabus — Ademar de Barros — Agenor Lino de Mattos — Almir Pazzianotto Pinto — Alvaro Fraga — André Benassi — Antonio Carlos Mesquita — Antônio Rezk — Rubens Lara — Maurício Najar — Armando Pinheiro — Málek Assad — Benedito Campos — Carlos Fernando Zuppo — Celio dos Santos — Delfim Neves — Edson Real — Edson Tomaz de Lima — Eduardo Matarazzo Suplicy — Emilio Justo — Evandro Mesquita — Fausto Rochá — Fauze Carlos — Fernando Moraes — Flávio Flores da Cunha Bierrenbach — Francisco Dias — Franco Baruselli — Geraldo Siqueira — Geraldo Menezes — Goro Hama — Hatiro Shimomoto — Hélio César Rosas — Irma Passoni — Ivan Espindola de Ávila — Jairo Mattos — Januário Mantelli Neto — Jihei Noda — João Baptista Breda — João Gilberto Sampaio — José Bustamante — José Eduardo Rodrigues — José Felício Castellano — Archimedes Lammoglia — Silveira Sampaio — José Storópoli — José Yunes — Luiz Máximo — Luiz Carlos Santos — Sérgio Santos — Manoel Sala — Marcelino Romano Machado — Castelo Branco — Marcos Aurélio Ribeiro — Marcos Cortes — Mário Ladeira — Mauro Bragato — Milton Baldochi — Nabi Chedid — Nodoci Nogueira — Oscar Yazbek — Osmar Ribeiro Fonseca — Oswaldo Doreto — Reginaldo Valadão — Renato Cordeiro — Ricardo Izar — Roberto Purini — Robson Marinho — Sérgio Morinaga — Sylvio Martini — Theodosina Rosário Ribeiro — Vanderlei Macris — Vanderlei Simonato — Vicente Botta — Wadih Helu — Waldemar Chubaci — Hélio Nunes da Silva — Walter Auada — Walter Lemes Soares e Walter Mendes.

O SR. PRESIDENTE (Januário Mantelli Neto — PDS) — Convido o Sr. Deputado Flávio Flores da Cunha Bierrenbach para, como 2.º Secretário "ad hoc", proceder à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. 2.º SECRETÁRIO (Flávio Flores da Cunha Bierrenbach — PMDB) procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é considerada aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Januário Mantelli Neto — PDS) — Convido o Sr. Deputado Flávio Flores da Cunha Bierrenbach para, como 1.º Secretário "ad hoc", proceder à leitura da matéria do Expediente.

O SR. 1.º SECRETÁRIO (Flávio Flores da Cunha Bierrenbach — PMDB) procede à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

EMENTÁRIO DA 96.ª SESSÃO ORDINÁRIA PEQUENO EXPEDIENTE

- 1 — Pres. Januário Mantelli Neto — Abre a sessão.
- 2 — José Felício Castellano — Renova apelo no sentido de ser rejeitado o veto ao PL que criou a 2.ª Vara da Comarca de Capivari. Solicita seja colocado na Ordem do Dia o PL 188/76.
- 3 — José Yunes — Denuncia pressões de candidatos do PDS durante a campanha eleitoral, citando, particularmente, atitude do ex-Secretário da Educação do Estado em Descalvado.
- 4 — José Felício Castellano — Assume a Presidência.
- 5 — Flávio F. C. Bierrenbach — Dá conhecimento de fato ocorrido à frente de seu comitê eleitoral, quando furtaram objetos pessoais que estavam em seu carro. Pede providências à Presidência para a identificação dos implicados.
- 6 — Jihei Noda — Declara seu posicionamento contrário ao comprometimento do nosso subsolo, condenando o programa extrativo de minerais do Governo. Ressalta a necessidade de o País voltar-se à agricultura.
- 7 — Rubens Lara — Reporta-se à cédula eleitoral proposta pelo TSE e crítica a que foi proposta pelo Executivo. Relata processo didático que vem ocorrendo com o fito de ensinar o eleitor a votar.
- 8 — Reginaldo Valadão — Critica os descontos nos pagamentos dos aposentados, implantados por Decreto do Governo Federal.

GRANDE EXPEDIENTE

- 9 — Jihei Noda — Pelo art. 83, solicita a suspensão da sessão até as 17h.
- 10 — Presidente José Felício Castellano — Acolhe o pedido do Dep. Jihei Noda e suspende a sessão até as 17h.

ORDEM DO DIA

- 11 — Pres. Januário Mantelli Neto — Assume a presidência e reabre a sessão às 17h e 5m. Põe em votação "ad referendum" e declara aprovados, os PLs 643/81, 72/82 e 105/82. Põe em discussão, e declara sem debate aprovadas, as Moções 37/82 e 56/82.

EXPLICAÇÃO PESSOAL

- 12 — Alvaro Fraga — Demonstra sua tristeza e decepção pelo fato de o veto apostado ao pedido de transferência de Comarca de Votuporanga e Dracena sequer ter sido votado pela Casa. Ressalta a posição do Governador no episódio, mas compromete-se a explicar às populações prejudicadas o porquê da derrota.
- 13 — Pres. Januário Mantelli Neto — Convoca os Srs. Deputados para a Sessão Ordinária de amanhã, dia 1.º/9, à hora regimental. Encerra a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Januário Mantelli Neto — PDS) — Tem a palavra o primeiro orador inscrito, nobre Deputado Jihei Noda. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Castello Branco. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado José Felício Castellano.

O SR. JOSÉ FELÍCIO CASTELLANO (PDS) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, volto, hoje, a abordar problema que me trouxe a esta tribuna por mais de uma vez e que, certamente, hoje, terá atendimento por parte do Sr. Presidente desta Casa, qual seja, a apreciação do veto ao projeto de reorganização judiciária, onde se encontra matéria de grande interesse do município e da comarca de Capivari. Já havia dito que recebi nesta Casa, por mais de uma vez, o Sr. Presidente efetivo também, o Sr. Prefeito de Capivari, Júlio Forte Neto, que, aqui, veio pleitear a inclusão, no projeto, da criação da 2.ª Vara de Capivari. Posteriormente, tendo a matéria sido atendida através de iniciativa do nobre Deputado Castello Branco, que se aprestava a colher assinaturas para uma emenda contendo a criação de Segundas Varas em várias comarcas, essa emenda, acrescida ao texto do projeto original, foi aprovada e, posteriormente, vetada. O Sr. Prefeito de Capivari, Júlio Forte Neto e o vereador Marino Dal Fabbro aqui estiveram por várias vezes, trazendo elementos que, naturalmente, receberam dos interessados da comarca, no sentido de pleitear a derrubada do veto. Como a matéria deverá ser apreciada na tarde de hoje, é este o momento aprazado para voltarmos a cuidar do assunto e lembrar à Casa da importância da medida, que a comarca e o município de Capivari tanto esperam. A respeito do assunto, na parte técnica foram aduzidos vários elementos esclarecedores do problema, que demonstram a validade da tese que vem sendo defendida pelo Prefeito Júlio Forte Neto e pelo vereador Marino Dal Fabbro, que também é advogado naquela comarca. Desejo, portanto, renovar neste instante o apelo que venho fazendo no sentido de que a matéria venha a ser aprovada, e destacar sua importância para o município e para a comarca. Desejo, também, Sr. Presidente, neste instante, endereçar a V. Exa. e aos líderes de bancadas uma reivindicação: existe nesta Casa o Projeto de Lei n.º 188/76, que se encontra pronto para entrar na Ordem do Dia. Este projeto trata do aproveitamento de pelo menos um representante dos trabalhadores, em cargo de direção, em empresas nas quais o Estado seja majoritário, isto é, em que participe majoritariamente da constituição dessas sociedades.

Essa tese é uma tese que venho defendendo de longa data nesta Casa, e como a matéria está pronta e, pelo que tenho ouvido dos nobres Pares, todos são a favor da idéia, creio que é aprazado o momento para que o assunto venha a Plenário, para ser devidamente discutido e votado.

É o apelo que faço não só a V. Exa., Sr. Presidente, mas, sobretudo, aos líderes de bancada nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Januário Mantelli Neto — PDS) — Tem a palavra o nobre Deputado Irma Passoni. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado José Yunes.

Assume a Presidência o Sr. José Felício Castellano

O SR. JOSÉ YUNES (PMDB) — Sr. Presidente, Nobres Deputados, a medida em que se aproximam as eleições também aumentam as pressões da máquina governamental junto aos eleitores. O partido oficial despoja-se dos preceitos éticos e legais mais elementares e investe sobre todos os segmentos da sociedade à busca de votos. O PDS, Sr. Presidente e Srs. Deputados, tenta, neste momento histórico da vida política brasileira, reviver o coronelismo.

Por diversas vezes já ocupamos esta tribuna para denunciar tais desmandos. Denunciamos pressões de Governo e de seus candidatos sobre funcionários públicos e comerciantes; denunciamos, até, demissões por motivos meramente políticos em repartições e autarquias do Estado e Município. Chegamos a pensar, ingenuamente, que nossas denúncias serviriam para coibir esse tipo de imoralidade. Afinal, o chefe da Nação, presidente honorário e o carro-chefe da campanha do PDS em todo o Brasil, não se cansa de jurar que pretende implantar a verdadeira democracia neste País, e como sucedâneo básico desse princípio se coloca a liberdade de expressão e de ação.

Logo engano. Ou melhor, as pressões estão cada vez maiores.

Na última sexta-feira, Sr. Presidente e nobres Deputados, o ex-secretário da Educação do Estado de São Paulo, Luis Ferreira Martins, demonstrou, uma vez mais, que seu partido não tem nenhum compromisso com a ética, com o programa que prega e procura se sustentar e, o que é mais lamentável, com o povo paulista. Em sua peregrinação pelo Interior, o ex-secretário da Educação e candidato do PDS a uma vaga na Câmara Federal repetiu na cidade de Descalvado o que vem fazendo em todos os Municípios que visita: determinou, por volta das 15 horas, a suspensão das aulas em todas as escolas públicas do local, para que os professores fossem recepcionados.

Como podemos constatar, os descalabros do partido situacionista não poupam nem mesmo as crianças que são obrigadas a ficar sem aulas para que seus mestres, intimados que

são, recepcionem o ex-secretário da Educação do Estado. Nunca é demais lembrar, Sr. Presidente e Srs. Deputados que não é de agora que o Sr. Luis Ferreira Martins vem, fraudulentamente, se utilizando da máquina do Governo para ocupar uma cadeira na Câmara Alta. Todos sabem, através de denúncias e do noticiário da imprensa, que o Sr. Luis Ferreira Martins, tão logo se desincompatibilizou do cargo de Secretário da Educação, passou a ocupar algumas salas na sede daquela Pasta. Não bastasse tudo isso, ainda foi nomeado pelo ex-governador Paulo Salim Maluf como "assessor especial do Governo do Estado de São Paulo", recebendo alto salário.

Mas o que mais nos surpreende, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é a "coragem" do Sr. Luis Ferreira Martins, ou seja, a de pedir votos para os professores, que nunca foram tão desprestigiados como no atual Governo Paulista. Foi no período da gestão do Sr. Luis Ferreira Martins à frente da Pasta da Educação que os professores tiveram seus salários dramaticamente achatados. Quem não se lembra do irrisório abono de 2 mil cruzeiros dado em março de 1979 no lugar do reajuste reivindicado pelo funcionalismo público, do qual o professorado é parcela significativa? Realmente, Sr. Presidente e nobres Deputados, o Sr. Luis Ferreira Martins demonstra muito "cinismo" ao ir pedir votos para a classe que foi pisada e sacrificada, sofrendo, até hoje, as conseqüências de sua malfadada gestão.

Sabemos, que, infelizmente, esses descalabros vão continuar até o dia 15 de novembro. Lamentamos, é claro, a impudência de tais atos, praticados como forma de desespero diante de uma derrota iminente. Mas nos resta um consolo: a corrupção, o coronelismo, os abusos de poder e todos os descalabros que a sociedade, perplexa, assiste, agora, irão a julgamento no próximo dia 15 de novembro. E temos certeza de que o voto popular saberá punir esses desmandos, praticados por pessoas cujo único lema é o autoritarismo e a prepotência.

O SR. PRESIDENTE (José Felício Castellano — PDS) — Tem a palavra o nobre Deputado Archimedes Lammoglia. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Abrahim Dabus. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Eduardo Matarazzo Suplicy. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Flávio Flores da Cunha Bierrenbach.

(O SR. FLÁVIO F. C. BIERRENBACH PRONUNCIA DISCURSO QUE SERÁ PUBLICADO OPORTUNAMENTE)

O SR. PRESIDENTE (José Felício Castellano — PDS) — Tem a palavra o nobre Deputado Málek Assad. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Osmar Ribeiro Fonseca. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Francisco Dias. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Mário Ladeira. (Pausa.)

Esgotada a lista de oradores, vamos passar à lista suplementar de inscrição. Tem a palavra o primeiro orador inscrito, o nobre Deputado Jihei Noda.

O SR. JIHEI NODA (PDS) — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, comentando o artigo de domingo, da "Folha de S. Paulo", sobre Carajás e a questão do subsolo brasileiro, o industrial Luiz Dutra Câmara, vice-Presidente da Associação Brasileira de Alumínio e Associação Brasileira dos Metais Não-Ferrosos, disse que "o Governo brasileiro está vendendo uma coisa que não é dele. O minério de Carajás pertence à Nação e o Governo não pode negociá-lo desta maneira, sem nenhum sentido econômico. Isto é uma barbaridade!"

De fato, já comentamos este problema desta tribuna. Entendemos que não podemos comprometer o nosso subsolo, o subsolo que será dos nossos filhos, dos nossos netos, dos nossos descendentes. Não podemos comprometê-lo para que sejam, simplesmente, pagas as nossas dívidas mais imediatas. Se não temos condições de instalar grandes usinas, como é o caso de Itaipu, Tucuruí e outras, vamos devagar. Por que tanta pressa? O que temos hoje, não é nosso, é dos nossos filhos, dos nossos netos, enfim, dos brasileiros.

Portanto, não temos o direito de entregar, como já foi entregue, o manganês do Amapá. Ali foram entregues aos americanos 22 milhões de toneladas de minérios e nos restou o quê? Um buraco enorme, enquanto no deserto de Nevada existe uma verdadeira montanha de manganês. Será que isso é o que vamos dar aos nossos filhos, um grande buraco denominado Carajás, onde sabemos que existem minérios de todos os tipos, como uma dádiva dos céus para os brasileiros? Uma montanha de aço, de manganês, de ouro, de ferro, de alumínio, enfim, de todos os metais e simplesmente estamos comprometendo essa dádiva, sem olhar aos nossos.

Desta tribuna, também queremos dizer que somos contrários ao comprometimento do subsolo brasileiro, que é o nosso futuro, o futuro dos nossos filhos. O que existe no subsolo são elementos não renováveis. Uma vez gastos, não teremos mais nada. Aliás, os produtores de petróleo perceberam isso no começo da década de 70 e por isso aumentaram seus preços, sabendo que a manhã, esgotado o óleo que brota do seu subsolo, eles não terão nem o que comer.

Felizmente, nós, num país de 8,5 milhões de quilômetros quadrados de extensão, sabemos que o subsolo é rico, mas não temos idéia do quanto possuímos de matéria-prima. Mas não é por causa disso que devemos entregar tudo para terceiros, comprometendo o futuro da Nação, o futuro dos nossos filhos. Temos essa área enorme, totalmente agricultável, totalmente aproveitável para a produção de alimentos sem comprometer o que está no subsolo. Devemos, sim, desenvolver a agricultura, porque estamos em condições de abastecer a boca dos 4 bilhões de habitantes da Terra. Depois, oportunamente, quando tivermos condição de nós mesmos explorarmos, de nós mes-